



GT06 - Educação Popular – Trabalho 1213

PARA ALÉM DA OPRESSÃO: A POTÊNCIA DA PRECARIEDADE

Silvio Ricardo Munari Machado - UFSCar

Resumo

O que resta de junho? Talvez esta pergunta não seja suficiente para expressar o que pretendemos com este trabalho. Importa-nos pensar o que os restos de junho de 2013 podem reverberar na Educação Popular. Entendemos que a educação popular, sobretudo aquela que é praticada pelos movimentos sociais progressistas brasileiros, não conseguiu entrar em ação quando as massas tomaram as ruas do país. De norte a sul. Dos morros e do asfalto. E isso se deve a um déficit de leitura dos movimentos sociais em relação à composição de classes. Queremos apresentar uma possibilidade de pensar tal composição não apenas em termos de “oprimidos”, mas também promover um deslocamento em relação a um outro conceito, aquele de “precariedade”. Pensamos que, ao realizar tal deslocamento, é possível que a Educação Popular reassuma a centralidade nas lutas sociais e políticas. É urgente.

Palavras-chave: Opressão – Precariedade – Junho de 2013

1) Situando o solo que estremeceu

Parece desnecessário introduzir Junho de 2013. Entendido como acontecimento, no sentido forte do termo, fez com que a história da luta social no Brasil assumisse uma nova forma. De todo modo, assumimos aqui a importância de uma periodização. Faremos com três fontes diferentes, sendo que as duas primeiras dão conta de apontar as variantes restritas ao ano de 2013 e, a terceira, apontará os desdobramentos daquele ano até os dias de hoje.

1) André Singer (2013, p. 24-26) faz o enquadramento sociológico – do que qualificou como “acontecimentos de junho”¹ – em três fases ou etapas. A primeira

¹ Singer coloca em discussão o caráter de junho. Considera inadequado chamar de “Jornadas de Junho”, preferindo pensar em “Acontecimentos”. Por razões diferentes das dele, consideramos o termo “acontecimento”, no singular, mais adequado.

nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho. A segunda com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho. A terceira e última etapa vai do dia 21 até o final do mês.

- 2) Ruy Braga, também em 2013 (p. 13), quantifica: “entre os dias 19 e 23 de junho, cerca de 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas, aglutinando, segundo pesquisa realizada pelo instituto Ibope, cerca de 6% da população brasileira”. Ainda (p.58): “após alcançar um pico de cerca de 3 milhões de manifestantes nas ruas entre os dias 19 e 21 de junho, esparramando-se por mais de 140 cidades, a maior onda de mobilização popular da história brasileira refluíu em agosto para a participação de alguns poucos milhares”.
- 3) Bruno Cava, em 2016 (p. 26), realiza uma análise a partir do período em que Singer e Braga interrompem as suas. Ou seja, a partir do fim das manifestações de rua de 2013. São três períodos principais, que ele chama de “período da *pacificação*” (de 15 de outubro de 2013 a 26 de outubro de 2014); “período do *ajuste desajustado*” (de 26 de outubro de 2014 a 2 de dezembro de 2015); “período a *farsa do impeachment*” (de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016).

Embora Bruno Cava pense um período diverso daquele apontado por Singer e Braga, é importante que essa periodização compareça em função de ser um elemento, fruto de análise rigorosa, que demonstra a insistência das forças de Junho de 2013 na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito à agência da política de representação nacional. Cava definirá da seguinte maneira cada um dos períodos:

O primeiro período vai do último dia do arco carioca de protestos e ocupações do levante junhista, momento em que é deflagrada a fase mais aguda da repressão e os ativistas na rua são encarcerados à centena no presídio de Bangu, até a data do segundo turno da eleição de 2014, abrangendo o período da Copa do Mundo e a campanha eleitoral. O segundo período se inicia no dia seguinte à reeleição de Dilma e termina na abertura do julgamento de admissibilidade do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, cobrindo as passeatas verde-amarelas contra a corrupção, a instalação definitiva da crise econômica, e os primeiros desdobramentos ostensivos da operação Lava Jato, que arreganhava os dentes ao sistema político e seus operadores empresariais e financeiros. O terceiro período, por fim, cobre os nove meses do processo de impeachment, com destaque para a intensificação das *culture wars* entre coxinhas e petralhas, o avolumamento das manifestações de rua a favor e, em menor medida, contra o impeachment, até concluir no afastamento definitivo da presidenta pelo Senado. (CAVA, 2016, p. 26)

Mas voltemos a *cronos*. Voltemos a Junho. Principalmente, voltemos ao ponto central daquilo que nos interessa: os abalos que esse tremor de terra provocou para o campo progressista que, na maior parte do tempo, é generalizado sob o nome de esquerda. Muitos expressaram o espanto que causava a plena incapacidade da esquerda brasileira de tomar as ruas em sua força multitudinária.

Assim, a desconfiança em relação ao modo como os partidos, os sindicatos, os movimentos estabelecidos (não) participavam dos atos não vinha exclusivamente da direita, em suas muitas variantes. No calor dos acontecimentos, como se costuma dizer, Vladimir Safatle (2013), um dos mais ativos pensadores da esquerda contemporânea, publicava uma coluna intitulada “Sem partido”. Dizia ele, em tom algo surpreso e debochado: “há de se admirar a ironia. Passamos décadas esperando por uma grande mobilização popular e, quando ela ocorre, alguns querem desqualificá-la por ver risco de guinada conservadora ou profusão de pautas genéricas”. Ele prossegue, ancorando a reflexão no próprio movimento:

Um dos tópicos mais presentes nas manifestações é a rejeição aos partidos. Já faz anos que ouvimos manifestantes, em todas as partes do mundo, recusarem as mediações dos partidos em prol da invenção de mecanismos de democracia direta. São pessoas que adquiriram a consciência de sua força política e que não veem razão para transferir tal força para partidos profundamente hierárquicos e guiados pelo raciocínio tático. Elas têm razão.

O artigo prossegue analisando, ainda que no espaço dedicado para uma coluna de jornal (sim, a velocidade dos protestos é algo a ser levado em consideração na produção do pensamento e os jornais, assim como as redes sociais, foram o modo mais potente de intervenção), as relações entre aqueles que se ancoravam no porto seguro das formas tradicionais de representação e aqueles que, ao declarar sua desconfiança, estavam a meio caminho do conservadorismo. Entretanto, é em seu desfecho que as palavras apontam um caminho que converge com o nosso. Vamos a elas e depois retomamos:

O problema não é com a decadência dos principais partidos brasileiros e mundiais, mas com a forma-partido enquanto tal, que perde muito facilmente sua função de caixa de ressonância das insatisfações populares e de espaço de criatividade política. Se abandonarmos nossos medos, outras formas de organização virão.

Ora, o problema com os partidos era, no fundo, um problema com a forma-partido. Conexão imediata com o slogan “não me representa”, que já desde o início de 2013 assombrava a própria representação (com a campanha “Marco Feliciano não me representa”).

Quais aberturas o acontecimento de junho de 2013 trouxe para pensarmos a educação? Que pedagogias ou educações podem ser pensadas a partir do ciclo de lutas aberto em 2013? Em que medida as manifestações levadas a cabo em 2015 e 2016 estão vinculadas a esta abertura? Que pedagogias seria possível formar a partir das forças em jogo?

Estas perguntas estão colocadas aquém e além de Junho de 2013, que não foi um raio no céu azul. Explicá-lo é, desde sempre, matá-lo. Mas, ao mesmo tempo, fazer esse trabalho situacional é um modo de responder às nossas questões. Assim, é importante conseguirmos compreendê-lo no amplo espectro das lutas contemporâneas. Nesse sentido, uma das formas de pensa-lo é conectá-lo com o ciclo de lutas conhecido como Primavera Árabe. Hardt e Negri assim colocam a problemática desencadeada em 2011, que tem a crise financeira como seu cerne:

No início de 2011, nas profundezas da crise social e econômica, caracterizada pela desigualdade extrema, o senso comum pareceu impor que confiássemos nas decisões e na orientação dos poderes dominantes, a fim de que maiores desastres não se abatessem sobre nós. Os dirigentes financeiros e governamentais podem ser tirânicos, e podem ter sido os principais responsáveis pela criação das crises, mas não tínhamos escolha. Ao longo de 2011, porém, diversas lutas sociais não só abalaram, como começaram a construir um novo senso comum. Occupy Wall Street foi a mais visível, mas ela foi apenas um momento num ciclo de lutas que mudou o terreno do debate político e abriu novas perspectivas de ação política no decorrer daquele ano. (HARDT, NEGRI, 2014, p. 10)

A velocidade com que as informações circulam no mundo contemporâneo e, sobretudo, a possibilidade que as mesmas possuem de serem disseminadas por redes outras em

relação à grande mídia, fizeram com que esse um solo *comum* de revoltas de todo o mundo começasse a ser criado, uma nova espécie de comum-nismo que tem a ver com uma espécie de mutação da percepção, um tipo de vidência daquilo que alguns chamam de intolerável.

O vidente ou visionário, segundo Deleuze, não é aquele que antevê o futuro. O vidente apreende o intolerável de uma situação; ele tem visões, entendemos, aí, percepções em devir ou perceptos, que colocam em xeque as condições usuais da percepção, que envolvem uma mutação afetiva. A abertura de um novo campo de possíveis está ligada a estas novas condições de percepção: o exprimível de uma situação irrompe, bruscamente. (Zourabichvili, 2000, p. 340)

Hardt e Negri, no mesmo texto, fazem um mapeamento bastante completo dessa rede de revoltas que surge a partir de 2010. “O ano de 2011 começou cedo” (p. 10), dizem eles. Com as revoltas que eclodiram na Tunísia em decorrência de um vendedor ambulante que se autoimolou. Seguiram os egípcios: “após meros dezoito dias de ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, Mubarak deixou o poder” (p. 10). E seguem elencando os outros países que, “do Norte da África e do Oriente Médio”, mas também chegando ao Wisconsin (EUA); os *indignados* em Madri e Barcelona (Espanha) que,

contra o governo do socialista José Luis Rodríguez Zapatero, exigiram “Democracia real ya!” [democracia real já!], rejeitando a representatividade de todos os partidos políticos e promovendo uma ampla gama de protestos sociais contra a corrupção dos bancos, o desemprego, a falta de serviços sociais, a insuficiência de moradias e a injustiça dos despejos. (p. 11)

Seguem: Atenas, na Grécia; Tel Aviv, em Israel; Tottenham, Inglaterra; Nova Iorque, Estados Unidos. Movimentos que tinham algumas características comuns: 1) diferente do ciclo que acompanhava as reuniões do G8, os movimentos de 2011 são sedentários, utilizando-se das estratégias de acampamento e de ocupação; 2) organizam-se como uma multidão, ou seja, “não construíram quartéis-generais nem formaram comitês centrais, mas se espalharam como enxames, e, o mais importante, criaram práticas democráticas de tomada de decisão, para que todos os participantes pudessem liderar juntos” (p. 14);

3) realizaram uma “luta pelo comum”, “no sentido de que contestam as injustiças do neoliberalismo e, em última análise, a regra da propriedade privada” (p. 15).

Os autores ainda apontam uma outra característica: “um dos elementos mais radicais e de longo alcance desse ciclo de lutas, por exemplo, foi a rejeição da representação e a construção de esquemas de participação democrática” (p. 16).

É Michael Hardt que colocará o “levante de junho brasileiro” em linha direta com estas revoltas, no prefácio que escreveu a uma coletânea de artigos sobre o tema, que sugestivamente foi intitulado “maldito junho” (2014, 7 – 8): “A multidão no Brasil – como na Turquia, Espanha e em todos os lugares do ciclo de lutas que se alonga desde 2011 – exige uma “democracia real”, contra a democracia fantoche que nos vendem o tempo todo”.

Ainda no caso brasileiro, é preciso considerar um complicador: aquilo que tem sido chamado como “fim do ciclo progressista”. Quem explica a expressão é Salvador Schavelzon (2015): “De fato, talvez seja no Brasil onde o problema do fim de ciclo se mostra com maior clareza”. Não que seja uma questão exclusiva do Brasil. A questão atinge todo o continente latino americano. Não se trata, assim, de um problema exclusivo das movimentações em torno do poder central no Brasil.

Mas o fim do ciclo deve ser situado fora da conjuntura eleitoral, porque o que se derruba é o próprio progressismo como espaço político, que cada vez se mostra mais indistinguível do resto da classe política, e que depois de algumas medidas que lhe permitiram consolidar um importante apoio, não conseguiu aprofundar nas transformações que lhe permitiriam transcender o momento econômico positivo. (SCHAVELZON, 2016)

Os diversos mecanismos de organização do povo não tiveram a sensibilidade necessária para ouvir as ruas em 2013. Sem conseguir se conectar com as mobilizações, o que restou foi a repressão, o desdém e o lento abandono das ruas aos movimentos sociais de direita que, tendo se apropriado do modo de fazer a ocupação do espaço público desenvolvido pelas esquerdas, e com o apoio massivo da grande mídia e das redes sociais, conseguiram

canalizar a indignação que diferentes setores da sociedade expressão naquele Junho Maldito em relação à representação política de toda e qualquer espécie.

A composição social que ocupou as ruas em Junho de 2013 era heterogênea. Segundo Singer (2013), ela era integrada por dois grupos diversos:

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante de classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: "a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho". Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

Com esta breve análise, foi possível situar Junho de 2013 em relação a um ciclo global de lutas que, tendo assumido uma face própria no Brasil em razão do esgotamento do progressismo, colocou problemas de diversas naturezas não apenas para a política instituída, mas também e, principalmente relevante para o texto aqui apresentado, para os movimentos sociais em geral. Mais exatamente, para os movimentos sociais de esquerda que atuam com a formação de seus militantes como um dos eixos principais. Essa composição de classe heterogênea foi, de nosso ponto de vista, um dos problemas centrais para esses movimentos.

2) A educação popular e os movimentos sociais

Neste texto, estamos nos remetendo sempre a movimentos sociais que fazem educação popular. Ao dizer isso, nos inscrevemos nos estudos referentes ao campo da Educação Popular que não apenas preocupam-se em desenvolver práticas, mas também preocupam-se em situá-la no movimento mais amplo da educação dos povos no mundo e, mais exatamente, na América Latina.

Para fins de tornar mais precisa a definição que vimos utilizando até o momento, recorreremos ao Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014). O documento, ainda que oficial, propicia uma síntese importante no que diz respeito à definição daquilo que se costuma chamar Educação Popular. Tal definição tem um duplo caráter: conceitual e político.

No que diz respeito ao caráter conceitual, o documento explora três sentidos diversos da Educação Popular antes de definir aquele que diz respeito diretamente ao modo como estamos lidando com o tema até este momento:

Enquanto proposta de educação emancipatória, não se reduz ao espaço escolar, embora o reconheça como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade. Portanto, esta concepção de Educação Popular se constituiu historicamente na experiência dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo no início do século XX, num contexto de lutas de classe e que tinham, dentro do sistema capitalista, a disputa de um projeto alternativo a este sistema. Estão vinculados a esta concepção de educação emancipatória e libertária os movimentos anarco-sindicalistas da década de 1920; as organizações sindicais urbanas e rurais, sob influência do ideário comunista; os movimentos de base e populares liderados pela Igreja Católica no contexto dos anos 1960 e pós Concílio Vaticano II; as organizações estudantis secundaristas e universitárias, intensificando suas lutas nos anos que antecedem o regime militar e durante a resistência a este regime; os sindicatos e organizações populares que se articulam na defesa da reabertura política no país nos anos 1980; as associações de moradores e de bairros que, junto aos espaços constituídos nos conselhos em várias áreas sociais, têm tentado manter esta luta por outra sociedade, que se espelha nos princípios da Educação Popular; nas últimas décadas cabe destacar que muitos destes sujeitos coletivos e de luta pela educação popular emancipatória, constituíram-se institucionalmente, em organizações não governamentais ou permanecem em fóruns e movimentos autônomos. (BRASIL, 2014, 18)

Esta definição, que situa a Educação Popular em relação à história de luta dos mecanismos de organização da classe trabalhadora, também se preocupa em situa-la em relação às ONGs, fóruns, e diversos outros mecanismos contemporâneos que já promovem um deslocamento em relação à base social desta forma de educar.

No que diz respeito à definição política da mesma, é interessante notar que o documento avança no sentido de traçar seu percurso histórico em relação ao modo como o poder constituído organizou e desorganizou a Educação Popular. Ao mesmo tempo, reconhece que ela precisa ser reinventada em relação aos modos como formas de lutas mais contemporâneas foram travadas.

Mas esta reinvenção deve, necessariamente, ir para além de definições nominais. Sua força reside justamente no quanto ela é capaz de se conectar com as lutas que se travam no Brasil atualmente – lutas que, como vimos, tem uma linha de força global. Se, conforme diz o Marco de Referência, a educação popular se faz em conexão com a classe dos empobrecidos, é na análise da composição social de Junho de 2013, tal como traçada por Singer, que reside uma linha potente: é a linha do precariado.

3) Opressão e precariedade

Nossa aposta conceitual é de que a Educação Popular pode conectar-se de forma mais direta com a indignação que se avoluma nas ruas do país desde 2013 se fizer um deslocamento conceitual: não lidar com a realidade apenas em termos de opressão, reduzindo os grandes contingentes de empobrecidos a esta ferramenta conceitual; mas, de modo afirmativo, realizar uma leitura das lutas em termos da precariedade.

A generalização do conceito de oprimido, que atravessa fartamente o campo de luta dos movimentos sociais, é o primeiro ponto a ser analisado. Começamos com um dos grandes pensadores do enfrentamento da opressão: Augusto Boal.

Em um texto de viragem em seu pensamento, *O arco íris do desejo*, Boal narra os encontros e desencontros que sua metodologia do teatro do oprimido provocou e de que modos foi preciso transformar-se a partir destas provocações.

No prefácio deste livro, Boal conta que, no começo dos anos 1960, circulava o país com sua companhia Teatro de Arena de São Paulo, realizando ações nas regiões mais pobres de São Paulo e do nordeste do país. Revoltados com a extrema pobreza, eles escreviam e montavam peças teatrais contra a injustiça, terminando quase sempre com um coro de atores cantando suas canções exortativas: “Derramemos nosso sangue pela liberdade! Derramemos nosso sangue pela nossa terra! Derramemos nosso sangue, derramemos!” (BOAL, 1996, p. 17)

Era o que nos parecia justo e inadiável: exortar os oprimidos a lutar contra a opressão. Quais oprimidos? Todos. De um modo geral. Demasiado geral. E usávamos nossa arte para dizer verdades, para ensinar soluções: ensinávamos aos camponeses a lutarem por suas terras, porém nós éramos gente da cidade

grande; ensinávamos aos negros a lutarem contra o preconceito racial, mas éramos quase todos alvíssimos; ensinávamos às mulheres a lutarem contra seus opressores. Quais? Nós mesmos, pois éramos feministas-homens, quase todos. Valia a intenção. (BOAL, 1996, p. 17 - 18)

Os três encontros descritos por Boal (com um grupo de camponeses no nordeste do Brasil, em especial com um camponês de nome “Virgílio”; com um grupo do Peru, em especial com uma “senhora gorda”; com pessoas de diversos tipos durante seu exílio na Europa, em especial na Suécia e na Finlândia) fizeram-no, ponto a ponto, repensar as generalizações feitas quanto à opressão e aos oprimidos. A respeito dos dois primeiros encontros, ele escreveu:

Com Virgílio aprendi a ver um ser humano e não apenas sua classe social, o camponês e não o campesinato, em luta com os seus problemas sociais e políticos. Com a senhora gorda, aprendi a ver o ser humano em luta contra seus próprios problemas individuais que, mesmos por não abrangerem a totalidade de sua classe, abrangem a totalidade de uma vida. E nem por isso são menos importantes. Mas faltava aprender mais: o que aprendi no meu exílio europeu. (Boal, 1996, p. 23)

Em países como a Suécia ou a Finlândia, Boal acostumou-se a trabalhar com opressões muito diferentes daquelas que via na América Latina. Eram opressões invisíveis, tais como o medo, o vazio, a solidão. Em 1980, foi levado a realizar um trabalho com estas pessoas, que passou a respeitar. Chamado *Le Flic dans la Tête*, ou *O Tira na Cabeça*, levou-o a trabalhar com a seguinte hipótese: “o tira está na cabeça, mas os quartéis estão do lado de fora. Tratava-se de tentar descobrir como lá penetraram e inventar os meios de fazê-los sair”. (BOAL, 1996, p. 23)

Assim, o que Boal faz aqui é o alargamento da ideia de opressão e de oprimidos para além do modelo “demasiado geral” com que ele próprio trabalhava. Em certa medida, é um reconhecimento que o principal educador da América Latina também faria. Referimo-nos a Paulo Freire em sua *Pedagogia da Esperança*, onde relê sua outra pedagogia – a do oprimido.

Um dos principais questionamentos deste alcance universal do conceito de oprimido foi feito pelo movimento feminista pouco tempo depois do lançamento do livro. Em

Pedagogia da Esperança, ele mesmo descreve o modo como sua linguagem universal causou estranhamento e reação por parte de grupos feministas.

Nesta fase da retomada da Pedagogia [do Oprimido], irei apanhando aspectos do livro que tenham ou não provocado críticas ao longo desses anos, no sentido de explicar-me melhor, de clarear ângulos, de afirmar e de reafirmar posições. Falar um pouco da linguagem, do gosto das metáforas, da marca machista com que escrevi a Pedagogia do oprimido e, antes dela, Educação como prática da liberdade, me parece não só importante mas necessário. Começarei exatamente pela linguagem machista que marca todo o livro e de minha dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que, de diferentes partes dos Estados Unidos, me escreveu, entre fins de 1970 e começos de 1971, alguns meses depois que saiu a primeira edição do livro em Nova York. Era como se elas tivessem combinado a remessa de suas cartas críticas que me foram chegando às mãos em Genebra durante dois a três meses, quase sem interrupção. (FREIRE, 1997, p. 34)

A pensadora feminista negra bell hooks (o nome é grafado com letras minúsculas, por opção da própria pensadora), que conheceu e trabalhou com Paulo Freire, interroga a si mesma acerca destes usos machistas que Freire fez da linguagem, numa obra que certamente advogava em favor das mulheres e do feminismo:

Enquanto lia Freire, em nenhum momento deixei de estar consciente não só do sexismo da linguagem como também do modo com que ele (e outros líderes políticos, intelectuais e pensadores críticos progressistas do Terceiro Mundo, como Fanon, Memmi etc.) constrói um paradigma falocêntrico da libertação – onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa. (hooks, 2013, p. 69 - 70)

A autora não faz qualquer tipo de condenação aos usos da linguagem destas suas primeiras obras, pois entende que “o próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. Mas questionamento crítico não é o mesmo que rejeição”. (hooks, 2013, p. 70)

Pois de fato não se trata de denunciar qualquer erro de leitura de Paulo Freire em relação à realidade que o circundava. Mas trata-se, sobretudo, de repensar o alcance de um conceito que foi definido em uma fase incipiente disso que hoje chamamos de capitalismo

neoliberal e que, com toda força, faz ruir o progressismo na América Latina, tanto em termos políticos quanto em termos conceituais.

Este capitalismo apresenta-se hoje como diretamente ligado à exploração da vida. Mas não uma exploração que se dá unicamente pela produção de uma ou várias opressões. Esta exploração é completamente produtiva. E isto se dá, principalmente, no que diz respeito ao avanço global daquilo que pode ser analisado em termos do conceito de precariedade.

Entendemos que o capitalismo neoliberal, em sua fase mundial e integrada (na expressão de Félix Guattari (1981)), tem transformado o modo como as pessoas se relacionam consigo mesmas, com as questões socioeconômicas e com as formas de dominação. O eixo e a própria lógica da produção foram modificados. A fábrica, o emprego estável e tudo aquilo que estava atrelado ao período da grande indústria se esfacelou.

Fora da fábrica, ou fazendo da sociedade inteira a sua fábrica, o capital, em sua versão neoliberal, faz mais do que produzir bens materiais. Judith Butler pensa que nesse momento o neoliberalismo expande sua produção para toda a vida:

devemos nos perguntar se designamos por “neoliberalismo” uma lógica e um sistema de poder puramente econômicos ou ainda um regime de poder que rege as práticas de formação do sujeito, inclusive de si próprio, assim como o fato de que a valorização do parâmetro de instrumentalidade íntegra e ultrapassa, doravante, a esfera convencional do “econômico”. (BUTLER, 2013, p. 2)

Nesse momento do capitalismo, a precariedade avança em diversas frentes. Em Judith Butler, é possível acompanhar um profícuo desenvolvimento de análises desse processo. Começemos com duas definições de base: precariedade e condição precária.

Por precariedade podemos entender a existência mesma. “Vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está, de modo algum, garantida. Em certo sentido, essa é uma característica de todas as vidas, e não há como pensar a vida como não precária” (BUTLER, 2015b, p. 46).

Se a precariedade é, então, condição ontológica, grau zero da existência, transversal a todo corpo vivo, há uma variação no modo como as pessoas recebem instrumentos para

lidar com essa precariedade. Daí o conceito de “condição precária”, que é uma condição politicamente induzida, onde podemos encontrar duas linhas de definição diversas: uma diz respeito à deficitária distribuição de recursos para lidar com as necessidades impostas pela precariedade; a outra diz respeito à maximização desta condição imposta pela violência estatal. (BUTLER, 2015b, p. 46-47)

Butler segue analisando o avanço da precariedade em escala global em um livro de 2015, que tem origem nos movimentos multitudinários que tomaram o mundo desde a primavera árabe. Está interessada em pensar uma grande miríade de questões ligadas ao que acontece quando corpos se reúnem para protestar.

Não há grande mudança no modo como ela define os conceitos. É possível, entretanto, notar um acento maior nos aspectos políticos dos conceitos, já que em diversos momentos da obra Butler vincula os conceitos de precariedade e condição precária diretamente aos movimentos de luta globais. *A generalização da condição precária é aquilo que, a um só tempo, leva as pessoas a protestar e é o alvo dos próprios protestos.*

Como comecei a esclarecer em “Quadros de Guerra”, a precariedade não é simplesmente uma verdade existencial – cada um de nós se encontra sujeito a privação, injúria, doença, debilitação, ou morte em função de eventos ou processos que estão fora de nosso controle. Todos nós desconhecemos e estamos expostos ao que pode acontecer, e nosso não-saber é um sinal que nós não controlamos, não podemos controlar todas as condições que constituem as nossas vidas. Não importa o quão invariável seja essa verdade, ela é sempre vivenciada de modo diverso, uma vez que a exposição a lesões no trabalho, ou serviços sociais inconstantes, afectam claramente os trabalhadores e os desempregados muito mais do que outros. (BUTLER, 2015a, p. 21, tradução nossa)

A ênfase sobre a distribuição desigual das condições para enfrentar a precariedade ontológica é reforçada na sequência da exposição.

Em outras palavras, nenhuma pessoa sofre com a perda de abrigo sem que haja um tipo de falha social na organização de serviços que tornam a moradia acessível a toda e qualquer pessoa. E nenhuma pessoa sofre com o desemprego sem que haja um sistema ou uma política econômica que falha na oferta de proteção contra essa possibilidade. Isso quer dizer que em algumas das mais vulneráveis experiências de privação econômica e social, o que é revelado não é somente nossa precariedade como pessoas individuais – embora isso também possa ser facilmente revelado – mas também as falhas e desigualdades das

instituições socioeconômicas e políticas. (BUTLER, 2015a, p. 21, tradução nossa)

Ao acompanhar esses recentes desdobramentos teóricos de Judith Butler, é de fato possível pensar que a precariedade é uma espécie de potência transversal que anima muitas lutas do contemporâneo. É um paradoxo, que se estende ao fato de que muitas das lutas contemporâneas são lutas contra a precariedade, mas animadas por ela. Os corpos que protestam contra a precariedade são aqueles que tem suas condições de subsistência permanentemente colocadas em risco, que tiveram a sua infraestrutura arruinada, que vivem no corpo a aceleração da precariedade. (BUTLER, 2015a, p. 9 – 10, tradução nossa)

A fineza da análise consiste em perceber o modo como é um tipo de demanda que faz uma composição entre o micropolítico e o macropolítico, as demandas do corpo às demandas por direitos, apreendendo a dimensão compartilhada por todos os corpos vivos, considerados descartáveis ou não. Butler (2015a) entende que a precariedade “pode operar, ou [já] está operando, como um local de aliança entre grupos de pessoas que, de outra forma, não encontram muito em comum entre si, onde muitas vezes reinam a suspeita e o antagonismo” (p. 27, tradução nossa).

Esse espraiamento da precariedade como análise teórica e motor das lutas faz com que a elasticidade do conceito seja enorme. Não que ela seja um novo universal. Butler é cuidadosa. Por exemplo, ela considera importante que façamos a distinção entre “diferentes tipos de protesto, diferenciando movimentos antimilitarização de movimentos ligados à precariedade, Black Lives Matter de demandas por educação pública”. “Mas” – e ela retoma essa característica transversal do conceito –, “ao mesmo tempo, a precariedade parece percorrer vários desses movimentos, seja a precariedade daqueles mortos nas guerras, daqueles a quem falta infraestrutura básica, aqueles que são expostos à violência desproporcional na rua, ou aqueles que terão débitos impagáveis para conseguir educar-se. (2015a, p. 17)

Autores marxistas italianos também trabalham com a análise do contemporâneo em termos de precariedade. Foi com o economista Andrea Fumagalli que encontramos as melhores balizas para compreender, agora no plano teórico, como se dá o debate em torno

da precariedade. O autor coloca sob o signo da etimologia o início de sua análise da “precarietà”:

Na língua italiana “precarietà” indica incerteza, condição de instabilidade, situação de desequilíbrio. De um ponto de vista etimológico, deriva do adjetivo latino *precarious*, ou aquilo que é obtido com a prece, a título de favor; enquanto provém e depende do desejo de outros, quando obtido é algo de incerto e de inseguro” (FUMAGALLI, 2012, p. 128)

Há toda uma relação entre a palavra “precarietà” e “preghiera”, que pode ser traduzido entre nós como “pedir em oração”. A incerteza de quem pede em oração é a mesma de quem vive uma condição precária.

O texto prossegue posicionando a precariedade em relação ao modo de produção capitalista. Fumagalli dirá que, na Itália, a precariedade era uma situação considerada marginal durante o período de crescimento industrial-fordista, limitando-se ao mundo do trabalho. A difusão do termo acontecerá recentemente e esse “sucesso está ligado aos processos de transformação do mercado de trabalho, gerados pela crise do modelo industrial-fordista e pela difusão das tecnologias flexíveis da informação e da comunicação”.

O fato do “sistema de produção contemporâneo” basear-se “sempre mais no fornecimento de trabalho cognitivo, de tipo mental e relacional mesclado com atividades manuais” favorece uma individualização das contratações dos trabalhadores, o que produz uma precariedade subjetiva do trabalho. Fumagalli insistirá nesse ponto, afirmando que “no capitalismo contemporâneo, a precariedade é, em primeiro lugar, subjetiva, então existencial, então generalizada”.

A precariedade é condição subjetiva na medida em que entra diretamente na percepção dos indivíduos [...];é condição existencial porque é permeável e está presente em todas as atividades de indivíduos e não só no âmbito estritamente laboral, mas por extensão em um contexto onde é cada vez mais difícil separar trabalho de não trabalho [...];é uma condição generalizada porque quem se encontra em uma situação laboral estável e garantida está perfeitamente consciente de que esta situação poderia terminar a qualquer momento [...] (FUMAGALLI, 2010, p. 284 – 285)

Vê-se que a precariedade, condição existencial, subjetiva e generalizada, está muito vinculada a um dado modo de produção do capitalismo. Mas é ao mesmo tempo que esse modo de produção capitalista, biopolítico, explora a vida e é ameaçado por ela.

4) Educação popular: uma saída é a precariedade

Vimos traçando um trabalho que tem como marco inicial Junho de 2013 e o modo como este acontecimento “maldito” foi inscrito em dois movimentos mais amplos: o de um ciclo global de lutas, analisado com Hardt e Negri, e o de um termo ao progressismo na América Latina, analisado com Schavelzon.

Vimos, além disso, tentando compreender como estes acontecimentos impactam nos movimentos sociais de caráter progressista, sobretudo aqueles que fazem Educação Popular.

Por fim, lançamos mão de uma análise comparativa entre os conceitos de opressão e de precariedade, entendendo a Educação Popular precisa operar um deslocamento do primeiro em direção ao segundo, sobretudo porque nossa análise demonstrou que, no quadro das determinações do capitalismo contemporâneo (que toma toda a vida de assalto), a precariedade é uma condição objetiva de luta mas, também, uma condição subjetiva de assujeitamento.

Este deslocamento pode permitir que, ao reler as determinações da opressão no contemporâneo, a Educação popular reassuma o lugar de centralidade das lutas que cultivou ao longo do século vinte no Brasil e na América Latina.

Repetimos: é urgente!

Referências

- BOAL, A. **O arco íris do desejo: método Boal de teatro e terapia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. **OSAL Observatorio Social de América Latina**, Ciudad do Mexico, Año XIV, N° 34, 51 – 61, ano noviembre de 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/G50pIJ>>. Acesso em: 01/12/2016.
- BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: SGPR, 2014.
- BUTLER, J. **Notes toward a performative theory of assembly**. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts; London, England, 2015a.
- _____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- _____. Uma analítica do poder –Conversa com Judith Butler. **Investigação Filosófica**: vol. 5, n. 1, artigo digital 6, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/TKUcY4>>. Acesso em: 20 de Abril de 2016.
- CAVA, B. O 18 brumário brasileiro. In: Cava, B.; Pereira, M. (Orgs). **A terra treme: leituras do Brasil de 2013 a 2016**. São Paulo: Annablume, 2016. pp. 11 – 74
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FUMAGALLI, A. **Bioeconomía y capitalismo cognitivo**. Hacia un nuevo paradigma de acumulación. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.
- _____. **Lavoro: male comune**. Milano: Bruno Mondadori, 2013.
- _____. **Sai cos'è lo spread?** Lessico econômico non convenzionale. Milano-Torino: Bruno Mondadori, 2012.
- GUATTARI, F. Milhões e milhões de Alices no ar. In: **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDT, M. Maldito Junho. In: Cava, B.; Cocco, G. (Orgs.) **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. pp.7 – 10.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Declaração: isso não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. **Commonwealth: bem-estar comum**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2016.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SAFATLE, V. Sem partido. **Folha de S. Paulo**. 25 de junho de 2013, colunistas, online. Disponível em: <<https://goo.gl/CBXNnr>>. Acesso em: 01/12/2016.

SCHAVELZON, S. A reconstrução de outro caminho diante do fim de uma forma de fazer política. Entrevista especial com Salvador Schavelzon. **Revista IHU Online**. 27 de Abril de 2016, online. Disponível em: <<https://goo.gl/Zk2T9k>>. Acesso em 01 Dez 2016.

_____. O fim da narrativa progressista na América Latina. **La Razon**. 21 de Junho de 2015, online. Republicado no Brasil pelo site Universidade Nômade. Disponível em: <<https://goo.gl/UhrYls>>. Acesso em: 01 Dez 2016.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Disponível em <<https://goo.gl/wGXLnc>>. Acesso em 01 Dez. 2016.

_____. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. - CEBRAP**, n. 97, São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003>. Acesso em: 01 Dez 2016.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.) **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000. pp. 333 – 356.